

A INSERÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURRÍCULOS DA GRADUAÇÃO: BASE CONCEITUAL E EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS

THE INSERTION OF EXTENSION IN GRADUATION CURRICULUM: CONCEPTUAL BASIS AND INSTITUTIONAL EXPERIENCES

Submissão:
10/10/2024
Aceite:
26/11/2024

Elisa Lubeck ¹  <https://orcid.org/0000-0002-9176-0050>

Flavi Ferreira Lisbôa Filho ²  <https://orcid.org/0000-0003-4307-9401>

Resumo

A Universidade está cada vez mais conectada com as demandas da sociedade, buscando a transformação da realidade através do estímulo ao protagonismo dos sujeitos. A Extensão Universitária, nesse contexto, constitui-se como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se possibilita a interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Este texto objetiva registrar o processo de implementação e apresentar experiências e avanços da inserção da extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), além de destacar como os discentes percebem o impacto da curricularização da extensão na sua formação. Compreendemos que a universidade tem papel decisivo no desenvolvimento econômico, social e humano e que a extensão é pautada no diálogo e no compartilhamento dos saberes, só assim a transformação social e a formação cidadã são possíveis.

Palavras-chave: Comunidade; Curricularização da Extensão; Extensão Universitária; Projetos de extensão.

¹ Professora Associada do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA elisaterra@unipampa.edu.br

² Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM flavi@ufsm.br

Abstract

The University is increasingly connected with the demands of society, seeking to transform reality by encouraging the protagonism of subjects. University Extension, in this context, constitutes an interdisciplinary, educational, cultural, scientific and political process, through which interaction is made possible that transforms not only the University, but also the social sectors with which it interacts. This text aims to record the implementation process and present experiences and advances in the insertion of extension in the undergraduate curricula of the Federal University of Santa Maria (UFSM) and the Federal University of Pampa (Unipampa), in addition to highlighting how students perceive the impact of curricularization on their training. We understand that the university has a decisive role in economic, social and human development and that extension is based on dialogue and the sharing of knowledge, this is the only way social transformation and citizenship formation is possible.

Keywords: Community; Extension Curriculum; University Extension; Extension projects.

Extensão Universitária: Histórico e Base Conceitual

As atividades de Extensão Universitária, no Brasil, de acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), criado em 1987, datam do início do século XX, praticamente coincidindo com a criação do ensino superior no país. As primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. Ainda, considerando a tríade universitária “ensino, pesquisa e extensão”, preconizada pela Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que a extensão foi a última que surgiu, Paula (2013, p.01) destaca:

Das três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a aparecer, seja por isso, seja por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande medida, além das salas de aulas e dos laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo, por tudo isso, talvez, as atividades de extensão não têm sido adequadamente compreendidas e assimiladas pelas universidades.

No Brasil, o desenvolvimento da extensão foi marcado por três grandes períodos: o primeiro até a década de 1960; o segundo na década de 1970; e o terceiro da década de 1980 até os dias atuais. O primeiro compreende o trabalho extensionista, desde seu início no país, até meados da década de 1960, onde a Extensão foi marcada pelo assistencialismo provocado pelas inexistências de políticas públicas que garantissem os direitos dos(as) cidadãos(ãs). Nesse período, a falta de ação do Estado motivou várias instituições de ensino superior a abraçarem as demandas sociais, iniciando um trabalho para amenizar as mazelas provenientes das desigualdades sociais e econômicas. De acordo com Lisboa Filho (2022, p.21) “é pelo esforço de tentar amenizar as carências existentes em muitas comunidades, populações e territórios que a Extensão encontra porta de acesso para poder potencializar tanto a sua função de emancipadora dos sujeitos quanto seu compromisso transformador”.

O segundo período teve início na década de 1970, onde a Extensão começou uma fase de transição, incorporando uma perspectiva mais transformadora, estimulando um despertar de consciência popular com relação aos direitos, inspirado por pensadores como Paulo Freire. É nesta fase que surgem programas nacionais relevantes como o Projeto Rondon¹, onde as instituições de ensino superior vão a campo em diferentes territórios. A ideia do Projeto Rondon surgiu em 1966, fruto da necessidade de levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira. Ele possibilita a participação qualificada e transformadora dos universitários nas comunidades, ao mesmo tempo em que contribui para que a Universidade se transforme e se conecte com as demandas da sociedade.

Por fim, o terceiro e último período teve início na década de 1980 e caracterizou-se pela especialização da extensão, uma extensão emancipatória, que estimula o protagonismo dos sujeitos na busca por ações que transformem a realidade social. Vale destacar que neste período foi criado o FORPROEX; a Constituição do Brasil; e marcou os 100 anos da Reforma de Córdoba, comemorado em 21 de junho de 2018. O movimento Estudantil de Córdoba foi um marco para a extensão universitária na América Latina, lutando por uma ação extensionista comprometida com as mudanças sociais e apresentando uma interface entre o conhecimento produzido nas universidades e a cultura local. De acordo com Antunes et al. (2018, p.210) “a transformação da Extensão Universitária num instrumento de mudança social e da própria universidade, tem caminhado junto com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia”.

O FORPROEX lançou a Política Nacional de Extensão² em 2012, que considera a Extensão “[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade”. Para Lisboa Filho (2022, p. 23):

A Extensão sobre a qual falamos precisa trazer, como premissa, a transformação social. Ela deve focar na transformação social e ter, como prioridade, o impacto na formação dos(as) estudantes. A Extensão que almejamos é sinalada por uma característica diferente daquela que a antecedeu, que, por vezes, tinha uma marca mais assistencialista ou de prestação de serviços. Ao contrário das fases anteriores, a Extensão deve estar pautada por uma relação ganha-ganha, feita e construída a partir do compartilhamento e do reconhecimento dos saberes que estão fora da universidade. Os saberes científicos são importantes e os saberes populares também. É nesta troca que temos uma construção coletiva, que vai impactar de maneira diferente a formação do nosso estudante e vai ser geradora da transformação tanto na sociedade quanto na própria universidade.

Conforme o FORPROEX (2012), os limites e possibilidades da universidade, no Brasil, afetam diretamente o desenvolvimento da Extensão Universitária, demarcando avanços, desafios e possibilidades. Dentre os avanços, dois merecem destaque: a institucionalização da Extensão e a priorização da Extensão em programas e investimentos do Governo Federal. Neste cenário, encontrava-se o Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), instituído pelo Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, que tinha como objetivo apoiar o desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuíssem para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social. O projeto esteve ativo até 2016.

¹ O Projeto Rondon foi instituído pelo Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968. Desde sua criação o Projeto já realizou 91 operações, com a participação de 25.127 rondonistas de 2519 Instituições de Ensino Superior e atenderam mais de 1320 municípios brasileiros (Brasil, Projeto Rondon, 2024).

² Disponível em: < <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> >. Acesso em 20 de abril de 2024.

E, para destacar um programa de incentivo mais atual, foi instituído em 2023, através da Portaria Conjunta nº.1/2023³ o Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PRO-EXT-PG). Criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), o programa prevê o investimento nas atividades de extensão na pós-graduação e tem como objetivo contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à cidadania, à justiça, ao fortalecimento da democracia, à participação social e à qualidade de vida.

Desta forma, a institucionalização da Extensão Universitária, nos níveis constitucional e legal, tem sido acompanhada por iniciativas importantes de sua implementação. Para o FORPROEX (2012), sem as ações extensionistas corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública. Boaventura de Souza Santos (2004, p.73) já apresentava um importante diagnóstico da extensão:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

A implantação de normas internas e a implementação de ações extensionistas, de forma a promover mudanças na Universidade Pública, devem estar orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão Universitária. Essas diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária estão expressas no documento publicado, em 2018, pelo Conselho Nacional de Educação, intitulado “Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira”, que podem ser resumidas em: interação dialógica; interdisciplinariedade e interprofissionalidade; indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social.

De acordo com a Resolução nº7/2018, do Conselho Nacional de Educação⁴, as ações de extensão podem ser classificadas em: programas, projetos, cursos e oficinas e eventos. A extensão também está organizada em três eixos de atuação: territórios; grupos populacionais; e, áreas temáticas (oito ao todo). As áreas temáticas propostas pela Política Nacional de Extensão (2012) são: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

Lisboa Filho (2022) salienta que a universidade deve ser o espaço do respeito às diferenças, da formação cidadã, da liberdade e da pluralidade e, o reconhecimento dessas diferenças deve servir para a construção de uma universidade múltipla, mais inclusiva, que respeite as alteridades. Dessa forma, não existe ação de extensão sem a vinculação do(a) estudante, pois a extensão é formativa e dá um novo significado à sua formação, seja pela via cidadã ou profissional. Com relação ao impacto da extensão Lisboa Filho (2012, p.31) afirma:

³ Disponível em: < <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=13486#anchor>>. Acesso em 20 de abril de 2024.

⁴ Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces-007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 10 de março de 2024.

Quando falamos sobre impacto e transformação, não nos referimos apenas à sociedade, mas também dentro das instituições de ensino superior. Esta transformação é dupla. A universidade se transforma, ao mesmo tempo em que atua, orientando as ações Extensionistas e, assim, propiciando o desenvolvimento social e regional, além do aprimoramento das políticas públicas. As ações precisam estar ancoradas com as demandas e em diálogo constante com os diversos setores da sociedade, para avançarmos em conjunto.

Ainda, de acordo com o FORPROEX, a Política Nacional de Extensão Universitária dá materialidade ao compromisso com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. O desafio das Instituições de Ensino Superior brasileiras, segundo Almeida Filho et al. (2009), é triplo, pois deve primar por um padrão de qualidade, conquistar a universalidade de acesso e, por fim, desenvolver programas sociais relevantes, capazes de contribuir para a solução de problemas nacionais, superando distintas modalidades de exclusão ou carências estruturais e sociais.

Dessa forma, a universidade brasileira precisa demonstrar relevância social e tem o dever de ser culturalmente engajada e comprometida com a solução dos problemas da sociedade, com a superação da pobreza e com a geração de alternativas econômicas. A partir dessa perspectiva transformadora, Almeida Filho et al. (2009, p.4) afirma que “torna-se imprescindível a inserção orgânica, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de atividades acadêmicas voltadas para o cumprimento da relevância social, comumente designadas como atividades de extensão universitária”.

A Curricularização da Extensão no Brasil

No Brasil, a prática da extensão é orientada pela Política Nacional de Extensão Universitária, aprovada pelo FORPROEX, em 2012, que estabelece as diretrizes para a Extensão Universitária. O Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, mais especificamente a meta 12.7, indica a inserção da Extensão com a carga horária dos currículos em 10%. E, por fim, a Resolução nº. 07/2018, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que estabelece as Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira. A referida diretriz representa um avanço na educação brasileira, pois é resultado de uma luta do FORPROEX para valorizar a extensão nas universidades. De acordo com o Art. 3, da referida resolução:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

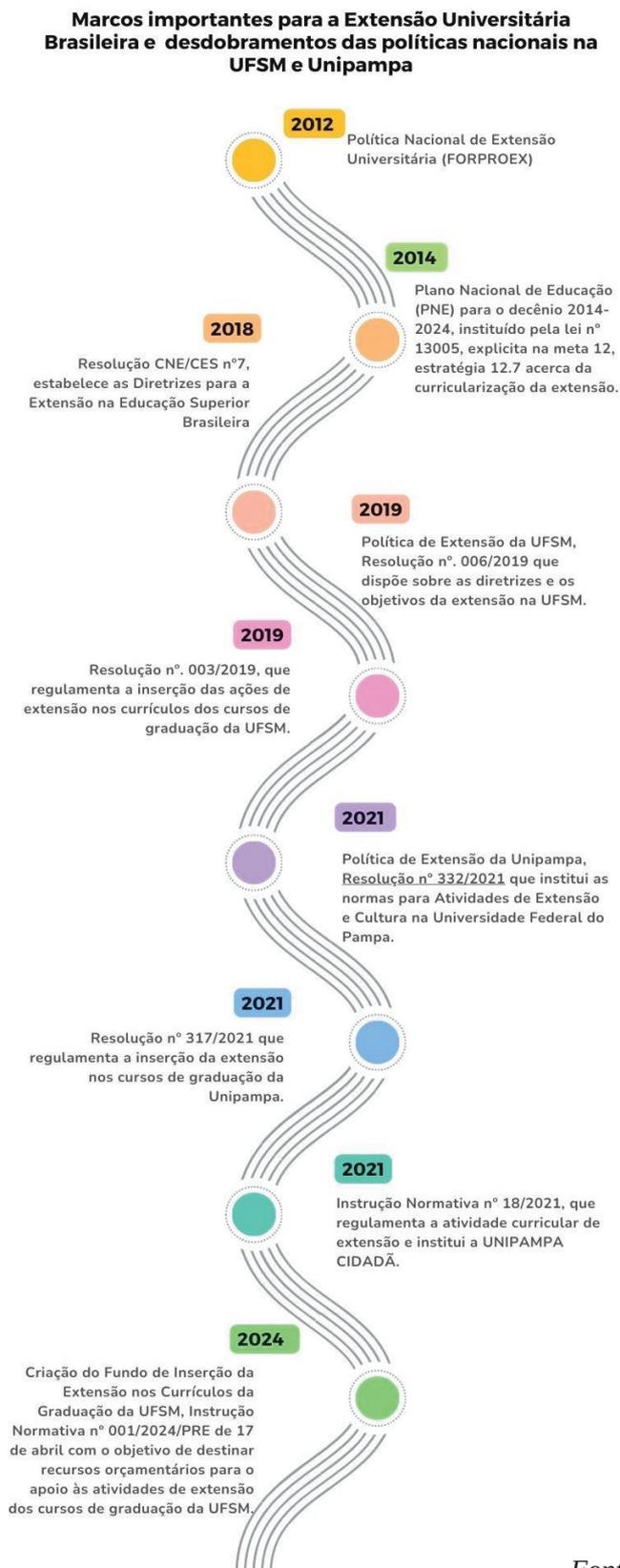
Nesse contexto, a partir de 2023, todos os cursos de graduação do Brasil deveriam englobar, em sua carga horária, 10% de atividades extensionistas na formação de estudantes de nível superior, o que implicou na reestruturação dos currículos, na adaptação do corpo universitário e na adoção de estratégias de gestão para que a legislação fosse cumprida.

Para Silvério et al (2023) a extensão permite uma alteração na rotina habitual da sala de aula, reiniciando novos processos e novos conhecimentos, além de sensibilizar os estudantes para a existência de outros contextos e outros comportamentos, contribuindo para minimizar a endogenia da universidade.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), a discussão da inserção da Extensão nos currículos de graduação avançou em um trabalho

conjunto e democrático (Figura 1), pois a compreensão dos currículos não pode ser distanciada das realidades locais e regionais nas quais as universidades estão inseridas, permitindo que essa proposta progredisse de forma efetiva e permanente.

Figura 1 – A Extensão na UFSM e Unipampa



Fonte: elaborado pelos autores.

Claro que o tema da curricularização é objeto de preocupação na comunidade universitária pois, para além de representar uma conquista das universidades brasileiras, promove importantes avanços nas IES. E, buscando refletir sobre os avanços e a implementação da inserção da extensão nos currículos de graduação é que se destacam as experiências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), focadas na transformação social e na formação cidadã dos seus estudantes, considerando que a universidade tem papel decisivo no desenvolvimento econômico, social e humano e que a extensão é pautada no diálogo e no compartilhamento dos saberes.

Para o desenvolvimento do presente trabalho optamos pelo método de pesquisa exploratória para conhecer como se deu o processo de implementação da extensão nos currículos de graduação da UFSM e da Unipampa. De acordo com Gil (2007), a pesquisa exploratória permite maior familiaridade com o problema, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado e análise de exemplos que facilitem a compreensão. E, com o objetivo de compreender como os discentes percebem a inserção da extensão nos cursos de graduação da UFSM e Unipampa, realizamos entrevistas com questionário semiestruturado com quatro alunos oriundos dos primeiros cursos que inseriram a extensão nos seus currículos, que responderam às seguintes perguntas: 1) Idade; 2) Curso e semestre; 3) Quais componentes de extensão cursados?; 4) Você notou diferença no curso depois que a extensão foi inserida no currículo?; 5) A inserção da extensão nos currículos propiciou melhorias no curso, quais?; 6) A extensão contribuiu para sua formação profissional e cidadã?; 7) Qual a importância da Universidade trabalhar mais próxima da sociedade?. Sendo assim, foram entrevistados um discente do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, dois discentes do Curso de Medicina e um discente do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa.

A Universidade Federal de Santa Maria e a Extensão

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)⁵ situada na cidade de Santa Maria (RS), foi a primeira universidade criada no interior do Brasil, fora de uma capital. Santa Maria é um município polo na região central do Estado do Rio Grande do Sul e reconhecido pela pluralidade de povos e culturas. Possui uma população estimada de 285.159 pessoas, com um PIB per capita de R\$30.810,98 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,784. Atualmente, a UFSM possui 27.145 alunos matriculados nos mais de 266 cursos, 2027 docentes e 2472 técnicos. No ensino presencial a universidade oferece 131 cursos de graduação, sendo 11 cursos superiores de tecnologia, 37 de licenciatura e 83 de bacharelado. A Instituição também possui 106 cursos de pós-graduação, sendo 34 de doutorado, 59 de mestrado, 12 de especialização e pós-doutorado. Na educação básica e técnica, são 24 cursos técnicos pós-médios, 4 técnicos para ensino médio, um curso de ensino médio e um curso de educação infantil⁶.

A extensão universitária na UFSM é regulamentada conforme princípios conceituais definidos no Plano Nacional de Extensão e está organizada a partir da Política de Extensão da UFSM, aprovada em 2019. A política foi amplamente debatida em todas as unidades de ensino da instituição, envolvendo docentes, técnicos-administrativos em educação–TAE e estudantes. A Resolução n.º 06/2019⁷,

⁵ Criada pela Lei nº 3.834 – C, de 14 de dezembro de 1960.

⁶ UFSM em números. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>>. Acesso em 03 de abril de 2024.

⁷ Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=12476803>>. Acesso em 03 de abril de 2024.

traz as diretrizes e os objetivos da Extensão da UFSM, apresenta os eixos e as linhas temáticas da extensão, estabelece as regras para a caracterização das ações e o seu financiamento, além de tratar sobre a inserção da extensão nos currículos, destacando o protagonismo estudantil.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2016-2026 (UFSM, 2016, p. 168), a extensão deve gerar impacto e transformação social e estar integrada ao ensino e à pesquisa, trabalhando com demandas que tenham relevância social, transformando problemas sociais em problemas de ensino e pesquisa, resultando em desenvolvimento regional e gerando impacto na sociedade e na própria universidade. Ainda, a atuação extensionista deve se dar junto às comunidades e trabalhar com questões levantadas a partir das demandas dos sujeitos.

O debate sobre a Política de Extensão da UFSM é anterior ao da sua inserção nos currículos, regulamentada pela Resolução nº.03/2019. A partir da Política de Extensão foi realizado um trabalho conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação e com o Centro de Processamento de Dados, buscando inserir a curricularização da extensão de forma comprometida com os desafios e as metas da instituição. Desde o referido debate foi incluída a possibilidade de inserção da extensão nos colégios (Colégio Politécnico da UFSM e nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio - CTISM) que atuam no ensino médio, pós-médio e técnico, na graduação e pós-graduação dentro da universidade. Ainda, com a Portaria Conjunta CAPES/SESu nº1/2023, que dispõe sobre o Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG) do Ministério da Educação (MEC), a UFSM também tem buscado fortalecer as atividades de extensão na pós-graduação, num diálogo profícuo entre Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Durante o processo de implantação da curricularização da Extensão a UFSM produziu regulamentações adicionais, além de seminários para debater a temática. Com a pandemia, o prazo para a curricularização foi prorrogado, através de decisão do Ministério da Educação, de 2021 para 2022, para a consolidação da inserção da Extensão nos cursos. Para auxiliar as coordenações dos cursos no processo de curricularização da extensão, a Pró-Reitoria de Extensão (PRE) e a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desenvolveram o “Guia de Curricularização da Extensão”⁸ (UFSM, 2022). Além das orientações gerais, alguns centros da UFSM criaram grupos de trabalho para dialogarem sobre a extensão e produziram documentos como o “Documento Básico do Centro de Tecnologia sobre a Extensão”⁹ (CT/UFSM,2022), que traz orientações mais dirigidas à área de engenharias e arquitetura e urbanismo.

De acordo com o Art. 4º da Resolução nº003/2019, as ações de extensão podem ser inseridas nos Projetos Pedagógicos (PPC) a critério dos colegiados de curso como: Ações Complementares de Extensão (ACEx), na modalidade de Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviços; Componentes Curriculares do núcleo rígido com destinação de sua carga horária prática para extensão; Componentes Curriculares do núcleo flexível, vinculados à programas e/ou projetos de extensão, com carga horária teórica e encargos didáticos destinados à finalidade instrutiva relacionada a estes, onde a parte prática é executada dentro dos programas e/ou projetos.

As atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria têm como objetivo contribuir na formação técnico-científica, pessoal e social do estudante. Atuando em ações de extensão, o estudante corrobora para ampliar a transformação social, caracterizada pela contri-

⁸ UFSM. Guia de Curricularização da Extensão. Disponível em:< <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2022/12/Guia-da-Curricularizacao-da-Extensao-na-UFSM.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2024.

⁹ CT/UFSM. Documento Básico do Centro de Tecnologia sobre a Extensão. Disponível em:< <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/375/2023/02/Documento-Basico-do-CT-sobre-a-Extensao-v1.3.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2024.

buição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, à inovação e à ampliação de oportunidades educacionais e formativas, como também à formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional e nacional.

Atualmente, a UFSM possui 80% dos cursos com a inserção curricular da extensão em seus Projeto Político Pedagógicos - PPCs, mostrando que alguns cursos ainda precisam avançar nesse processo. Entre os primeiros cursos a inserirem a extensão nos seus currículos estão os cursos de Arquivologia e Letras Licenciatura, em 2019.

Para A.F, 27 anos, discente do sétimo semestre do Curso de Arquivologia, a inserção da extensão nos currículos está ajudando na formação dos estudantes, “particularmente, considero a extensão muito importante para os acadêmicos, pois proporciona diferentes vivências e aprendizados” (A.F., 2024).

De acordo com o Censo da Extensão Universitária, ano base 2022¹⁰, as maiores dificuldades encontradas na inserção curricular da extensão nos PPCs dos cursos da UFSM foram os ajustes no sistema, a operacionalização da extensão nos PPCs e a pandemia da COVID-19.

De acordo com o referido Censo, a UFSM tem 27.145 alunos matriculados, 2027 docentes e 2472 técnicos que desenvolvem, aproximadamente, 1367 atividades de extensão, com um orçamento de R\$2.323.165,00 de custeio e bolsas para extensão. A UFSM destina uma média de 3,44% do seu orçamento anual para a extensão. As atividades de extensão são desenvolvidas através de projetos (59%), programas (14,8%), eventos (9,8%), prestação de serviços (9,8%) e cursos e oficinas (6,6%). Com relação às áreas temáticas as ações estão assim organizadas: educação, 30,3%; saúde, 18,6%; tecnologia e produção, 14,2%; cultura, 11,2%; meio ambiente, 9,9%; direitos humanos e justiça, 7,4%; comunicação, 4,5%. Participam das atividades de extensão, em sua maioria, docentes, totalizando 68,2%, seguidos dos servidores técnicos, 20,5% e estudantes, 5,6%. Com relação a participação da comunidade externa nas atividades de extensão, totalizam 9.655.132 pessoas.

Um momento importante e recente da extensão na UFSM foi o lançamento do Fundo de Inserção à Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação (FIEC-G), em abril de 2024¹¹, para além das demais possibilidades de fomento já existentes. O Fundo destinará recursos para apoiar atividades de extensão vinculadas aos componentes curriculares dos cursos de graduação, de forma a fomentar a integração de atividades de ensino e extensão, denotando certo pioneirismo da UFSM, já que no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES a luta impulsionada pelo seu Colégio de Extensão para inserção da extensão na matriz orçamentária continua.

A Universidade Federal do Pampa e a Extensão

A Universidade Federal do Pampa (Unipampa) foi criada em 2008, a partir da política de expansão e renovação das Instituições Federais de Ensino Superior, do Governo Federal, por meio da lei nº 11.640¹², para minimizar o processo de estagnação econômica e viabilizar o desenvolvimento regional. Com uma organização multicampi, foi instalada em uma região geográfica marcada por

¹⁰ Rede Nacional de Extensão – RENEX. Censo da Extensão Universitária 2022. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/censo-da-extensao-universitaria>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

¹¹ Disponível em: < <https://www.ufsm.br/2024/04/17/ufsm-lanca-fundo-de-insercao-da-extensao-nos-cursos-de-gradua-cao>>. Acesso em 10 de abril de 2024.

¹² Disponível em: < https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/arquivos_pdf/unipampa_lei_de_criacao.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.

baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, composta por dez municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul (RS): Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

A Unipampa possui 927 docentes, 884 técnicos administrativos e, aproximadamente, 10.876 alunos, distribuídos nos 74 cursos de graduação, 14 cursos de especialização, 21 cursos de mestrado e 06 cursos de doutorado¹³.

A extensão universitária na Unipampa é regulamentada conforme princípios conceituais definidos na Política Nacional de Extensão. A extensão, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024 (2019, p.31) tem a função “de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico bem como pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica”. Na Unipampa a extensão é regida pela Resolução nº332/2021¹⁴ que instituiu as normas para as atividades de extensão e cultura na Universidade. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) é o órgão responsável por fomentar e gerir as ações de extensão e cultura desenvolvidas pela comunidade acadêmica. Já a Resolução nº 317/2021¹⁵, regulamentou a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa:

Art. 2º Entende-se por inserção das atividades de extensão o reconhecimento das ações de extensão como Atividades Curriculares de Extensão (ACE) que devem obrigatoriamente, fazer parte dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) e corresponder a, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso (Unipampa, 2021).

As atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa tem como objetivos: contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente; aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer o compromisso social; estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade; desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da Universidade em todas as áreas, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

De acordo com o Art. 6º da Resolução nº317/2021, as ações de extensão estão inseridas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da Unipampa por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) a componentes curriculares obrigatórios ou complementares de graduação, com carga horária total ou parcial de extensão, discriminada na matriz curricular, ementa e no plano de ensino.

A Unipampa também institucionalizou a Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE) denominada “UNIPAMPA Cidadã”¹⁶, um programa institucional que visa fortalecer a formação hu-

¹³ Unipampa em números. Disponível em: < <https://sites.unipampa.edu.br/numeros/quem-faz-a-unipampa/>>. Acesso em 10 de abril de 2024.

¹⁴ Disponível em: < https://sites.unipampa.edu.br/proec/files/2021/12/sei_unipampa-0700488-resolucao-consuni.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.

¹⁵ Disponível em: < https://sites.unipampa.edu.br/proec/files/2021/07/sei_unipampa-0518950-resolucao-consuni.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.

¹⁶ Instrução Normativa Unipampa nº 18/2021. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proec/files/2021/08/sei_unipampa-0585474-instrucao-normativa-gr-unipampa-cidada.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.

manística e cidadã dos(as) discentes, contribuindo na integração da Universidade com a comunidade. Dentro desta atividade os discentes realizam ações de cidadania e solidariedade, além de trabalhos comunitários junto à sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs) e entes públicos, priorizando o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social. A “UNI-PAMPA Cidadã” é ofertada por todos os cursos de graduação da Unipampa como atividade obrigatória com carga horária total de, no mínimo, 60 horas e no máximo 120 horas.

A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais objetivos: promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática; estimular a autonomia dos discentes; aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica com a comunidade; estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

De acordo com o Censo da Extensão Universitária, ano base 2022, a Unipampa possui 10.876 alunos matriculados, 927 docentes e 884 técnicos que desenvolvem, aproximadamente, 415 atividades de extensão, com um orçamento de R\$655.353,00 de custeio e bolsas para extensão. A Unipampa destina, em média, 1,42% do seu orçamento anual para a extensão. As atividades de extensão são desenvolvidas através de projetos (66%), programas (3,9%), eventos (10,6%) e cursos e oficinas (17,8%), não apresentando a modalidade prestação de serviços. Com relação às áreas temáticas: educação, 32,7%; tecnologia e produção, 0,9%; cultura, 25,2%; meio ambiente, 1,9%; direitos humanos e justiça, 27,1%; comunicação, 3,7%; não apresentando dados sobre a temática saúde. Participam das atividades de extensão, em sua maioria, docentes, totalizando 98,2%, seguidos dos servidores técnicos, 31,3% e estudantes, 12,9%. Com relação à participação da comunidade externa nas atividades de extensão, não foram encontrados dados.

Com relação à curricularização da extensão, o Censo da Extensão Universitária (2022), apresenta que 100% dos cursos da Unipampa já fizeram a inserção curricular da extensão e a maior dificuldade encontrada para a inserção curricular da extensão nos PPCs dos cursos foi a compreensão do conceito de extensão.

A partir da Resolução nº317/2021, cada curso da Unipampa definiu como o Projeto Pedagógico atenderia a concepção e a prática da inserção da extensão nos currículos, buscando a relação da pesquisa com o ensino e a extensão, para proporcionar aos discentes uma leitura contínua e crítica da realidade na qual estavam inseridos. De acordo com a Pró-Reitoria de Graduação, os primeiros cursos da Unipampa a implementarem a extensão em seus PPCs foram os cursos de Educação Física, Engenharia de Aquicultura, Medicina e Engenharia de Software, em 2022.

Para a discente F.B, 24 anos, de Aracaju-SE, cursando o oitavo semestre do Curso de Medicina, a inserção da extensão no currículo do curso permitiu um maior contato com a comunidade e aproximou os discentes e docentes das necessidades e dificuldades da população uruguaianense. A discente afirma que a extensão contribuiu para a sua formação profissional e cidadã e que é fundamental que a universidade trabalhe mais próxima da comunidade pois, no caso do curso de medicina: “é imprescindível que a gente conheça a sociedade, já que tudo que fazemos e a simples existência do curso depende de termos a população para ajudar, é importante conhecer quem é o uruguaianense e o que ele precisa, principalmente quando podemos fazer algo para ajudá-los” (F.B., 2024). Para B.H.S., 31 anos, de São Paulo, discente do sétimo semestre do Curso de Medicina, a realização de atividades de extensão permitiu o contato mais próximo com a população aplicando o conhecimento teórico à

prática de maneira a adequar para cada necessidade a melhor estratégia de saúde possível. A partir da realização dos componentes UNIPAMPA Cidadã; Saúde da Mulher I, II e III; Seminários Integrativos I, II, III e IV; Vivências I, II e III; e Projetos em Ligas Acadêmicas (Liga Acadêmica de Saúde Materno-Infantil - LASMI, Liga de Semiologia Médica - LASEM, Liga de Medicina e Arte- LAMA), a performance do estudante é testada desde a forma como se comunica para estabelecer vínculo até a forma como adequar o atendimento aos recursos disponíveis. “A Saúde da Mulher nos três semestres que presenciei foi o componente que conseguiu aplicar atividades de extensão nos campos de prática da clínica. Nos diferentes semestres, participei de diferentes ações que tinham como público principal as mulheres. Foram atividades realizadas tanto no ambulatório da Saúde da Mulher no Centro de Uruguaiana, quanto no Hospital. As temáticas variaram entre: Diabetes mellitus gestacional, Aleitamento materno, corrimentos vaginais e cuidados com o recém-nascido. Quando participei dessas atividades, reforcei experiências anteriores que já vivenciara na LASMI com as atividades em meses temáticos (maio, devido ao dia da mulher; agosto dourado, em alusão ao aleitamento materno e outubro rosa, em referência ao câncer de colo uterino e de mama) e em rodas de gestantes realizadas no NUMESC, Corpo de Bombeiro e ESF” (B.H.S., 2024).

Com relação à contribuição da extensão para a formação profissional e cidadã, a discente afirmou que ela permite treinar as soft skills que não são abrangidas apenas cumprindo os componentes tradicionais. A discente relatou algumas experiências e temáticas dentro do componente de Seminários Integrativos, tais como: I - Espiritualidade e religiosidade: atividades dinâmicas com turmas de ensino médio de escolas municipais; II - Importância da Vacinação: criação do perfil no Instagram @vacinação.unipampa com informações sobre as campanhas de vacinação e a atuação da Rede de Saúde-SUS; III - Café com informação: encontro com populações que frequentam os serviços do Consultório na Rua levando em um momento de conversa sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis - ISTs (modo de transmissão, prevenção, sinais e sintomas, serviços de apoio, tratamento e espaço para dúvidas); IV - Atualização da vacinação da população da Associação de Catadores de Material Reciclável de Uruguaiana (ACMRU): encontro com conversa sobre a importância das vacinações e prevenção de doenças causadas por acidentes de trabalho associadas ao serviço e aplicação de vacinas da dTpa, Influenza, COVID, Tétano e Febre Amarela, atualizando a caderneta dos trabalhadores.

“Todas essas experiências que tive foram extremamente enriquecedoras por serem populações de perfis diferentes que exigiam sempre adequação da linguagem, apresentação e dinâmica das atividades a fim de serem realizadas adequadamente. Considero fundamental a Unipampa trabalhar próxima à população e disseminar conteúdo científico atualizado e qualificado para a sociedade, contribuindo para a redução de fake news, o aumento da disseminação de fatos científicos e a demonstração da realidade universitária. Todas as atividades de extensão que participei, geraram desafios como acadêmica e cidadã, o que contribuiu significativamente para a minha formação. Ainda, essas atividades demandaram energia para serem realizadas com sucesso e nem sempre foram trabalhadas da mesma forma por todos os executores. Nesse sentido, esse estímulo da Universidade na inserção dessas atividades no currículo é benéfico para discentes que se dedicam e sabem aproveitar as oportunidades, mas acaba também sobrecarregando esses devido ao descaso de outros” (B.H.S., 2024).

A discente R.S.N., 19 anos, do terceiro semestre do Curso de Publicidade Propaganda da Unipampa, afirma que a inserção da extensão no currículo do curso foi de extrema importância pois estimulou o contato com a comunidade e ampliou o networking. Segundo a discente, os ACEVs de Fundamentos de Publicidade e Propaganda e Projeto de Marketing permitiram o contato com pequenos empreendedores e com escolas públicas do território: “A partir da extensão tivemos a oportunidade de

expandir o contato para além dos muros da universidade e vivenciamos experiências mais próximas da atuação profissional” (R.S.N., 2024).

Considerações Finais

As Instituições de Ensino Superior são fundamentais para a formação de cidadãos mais conscientes, com valores e princípios voltados para a dignidade humana, a solidariedade e a igualdade, bem como o respeito às diferenças. Por isso, as ações de extensão devem integrar o processo de formação cidadã dos(as) estudantes e dos atores envolvidos, propiciando o contato com novos objetos de pesquisa, revitalizando práticas de ensino através da interlocução entre teoria e prática, além de contribuir tanto para a formação dos(as) estudantes como para a renovação do fazer extensionista.

Para isso, é necessário que as universidades promovam iniciativas que demonstrem cada vez mais o seu compromisso social com todas as áreas, incentivando a atuação da comunidade acadêmica no enfrentamento de questões importantes para a sociedade brasileira.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) estão conectadas com as demandas da sociedade, buscando a transformação da realidade através do estímulo ao protagonismo dos sujeitos nos territórios onde estão inseridas. Seja no centro do Estado ou na mesorregião metade sul do Rio Grande do Sul, a UFSM e a Unipampa, estão conscientes do seu papel no desenvolvimento econômico, social e humano dos territórios e buscam colaborar na transformação da sociedade e na formação cidadã do corpo discente.

É importante destacarmos que a UFSM assume um protagonismo no que tange à inserção da extensão em seus cursos de graduação, iniciado em 2019, e na Unipampa esse processo só iniciou em 2021. Por outro lado, a Unipampa já possui 100% dos seus cursos com a extensão em seus PPCs, enquanto a UFSM possui 80% dos cursos com a curricularização da extensão. Talvez a implementação da extensão em 100% dos PPCs na Unipampa caracterize um perfil menos conservador com relação às mudanças. Igualmente cabe refletir que a diferença entre número de cursos e da comunidade acadêmica pode trazer implicações ao processo.

Por fim, é inegável a importância que essas instituições assumem nas suas regiões de abrangência, estabelecendo um compromisso direto com o desenvolvimento sustentável do território. Compreendemos o território enquanto construção social, resultado da ação coletiva dos atores. A UFSM e a Unipampa compõem parte dos atores e se comprometem, através da extensão, na construção e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

- ALMEIDA FILHO, Naomar de.; MELLO, Alex Fiúza de; RIBEIRO, Renato Janine.(2009). **Por uma Universidade socialmente relevante**. Revista Atos de Pesquisa em Educação, PPGE/ME FURB, v. 4, n. 3, p. 292-302, set./dez. 2009.
- ANTUNES, A.B.; GADOTTI, M.; PADILHA, P.R. (2018). Reinventar a universidade a partir da extensão universitária. In: GADOTTI, M.; CARNOY, M. (orgs.). **Reinventando Paulo Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire**. Instituto Paulo Freire, Lemann Center, Stanford Graduate School of Education, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. (2014).**Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Educação. (2018). **Resolução nº07, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: <<http://mec.gov.br>>. Acesso em 17 abril 2024.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Projeto Rondon**. (2024). Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon>>. Acesso em 12 de agosto de 2024.
- DALMOLIN, Bernadete Maria; SILVA, Marcio Tascheto da; VIEIRA, Adriano José Hertzog. (2017). Bases pedagógicas para pensar a curricularização da extensão. In: RIFFEL, Cristiane Maria; SANTOS, Pedro Floriano dos. (Org.). (2017). **Extensão universitária: perspectivas de aprendizagem e sentidos na educação superior**. Itajaí: Univali, 2017. Cap. 1, p. 15 – 36.
- FORPROEX. (2012). **Política Nacional de Extensão Universitária**. (2012). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em 11 de abril de 2024.
- FORPROEX. (2019). **Mapeamento da Inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2021/02/RELATORIO_FINAL_MAPEAMENTO_INSERTAO_EXTENSAO_FINAL.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.
- GIL, Antonio Carlos. (2007). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- HETSPER, Rafael Vargas et al. (2018). **Cadernos de Formação: Reflexões e Práticas Extensionistas na Unipampa**. 1ed. Bagé: UNIPAMPA. 128 p. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/proec/files/2019/07/ebook-reflexoes-e-praticas-extensionistas-na-unipampa-2018.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2024.
- LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. (2022). **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643>>. Acesso em 10 de março de 2024.
- PAULA, João Antonio de. (2013). A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão UFMG**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>>. Acesso em 10 de março de 2024.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2004). **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora.

SILVÉRIO, Eduardo Dall’Agnol.; SOARES, Matheus.; MEIRINHO, Bruno Mateus Limberger. WICHNOSKI, Paulo. (2023). A Curricularização da Extensão no Âmbito da Universidade Estadual do Centro-Oeste: Percepções Discentes. **Revista Conexão UEPG**, v. 19, n. 1, p. 1–15. Disponível em:<<https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/21776>>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

UFSM. (2016). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026**. Disponível em:< https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/500/2021/04/VFinal-DocumentoPDI-TextoBaseCONSU_TextoComPlanoDeMetas2022.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2024.

UFSM. (2019). **Resolução nº.06/2019. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria**. Disponível em:< <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-006-2019>>. Acesso em 10 de março de 2024.

UFSM. (2019). Instrução Normativa nº06. **Estabelece orientações técnicas para inserção da extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação**. Disponível em:< https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2019/10/instrucao_normativa_06_2019_prograd_ufsm_insercao_extensao_nos_ppcs_graduacao.pdf>. Acesso em 10 de março de 2024.

UFSM. (2019). **Resolução nº.03. Regula a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação**. Disponível em:< https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2019/11/RES_GR_2019_003.pdf>. Acesso em 10 de março de 2024.

UFSM. (2022). **Guia de Curricularização da Extensão**. Disponível em:< <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2022/12/Guia-da-Curricularizacao-da-Extensao-na-UFSM.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2024.

UFSM. (2022). **Documento Básico do Centro de Tecnologia sobre a Extensão**. Disponível em:< <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/375/2023/02/Documento-Basico-do-CT-sobre-a-Extensao-v1.3.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2024.

UNIPAMPA. (2019). **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019–2023)**. Disponível em: < <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>>. Acesso em 23 de março de 2024.

UNIPAMPA. (2021). **Resolução nº317/2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância da Unipampa**. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/proec/files/2021/07/sei_unipampa-0518950-resolucao-consuni.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.

UNIPAMPA. (2021). **Resolução nº332/2021. Institui as normas de Extensão e Cultura da Unipampa**. Disponível em:< https://sites.unipampa.edu.br/proec/files/2021/12/sei_unipampa-0700488-resolucao-consuni.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.

UNIPAMPA. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXT). (2021). **Prestação de Contas à Comunidade 2021**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proec/files/2022/03/prestacao_de_contas_2021.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.